

# **POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO APLICATIVO CURUPIRA FISCAL**

## **1. Informações gerais**

Esta Política de Privacidade contém informações acerca do modo com o qual gerenciamos, total ou parcialmente, de forma automática ou não, os recursos e dados obtidos através dos usuários de nosso aplicativo. Seu objetivo é esclarecer os interessados acerca dos tipos de dados que são coletados, dos recursos utilizados, dos motivos de coleta e da forma como o usuário poderá atualizar, gerenciar ou excluir estas informações, bem como sobre os recursos do dispositivo aos quais solicitamos acesso durante o uso da aplicação em questão.

Esta Política de Privacidade foi redigida conforme a Lei Federal Nº 12.965 de 23 de Abril de 2014 (Marco Civil da Internet), com a Lei Federal Nº 13.709 de 14 de Agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais) e com o Regulamento UE Nº 2016/679 de 27 de Abril de 2016 (Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados Pessoais – RGDP).

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada futuramente como consequência de novas atualizações do nosso aplicativo e, por este motivo, os usuários são convidados a, com frequência, consultar esta página.

## **2. Direitos do usuário**

Além dos recursos do dispositivos solicitados por Curupira Fiscal, o aplicativo em questão também armazena informações sobre seus usuários (previamente cadastrados).

Para alcançar a totalidade de seus funcionalidades, a nossa aplicação solicita acesso aos seguintes recursos: geolocalização do dispositivo, câmera, galeria e microfone.

Desse modo, o Curupira Fiscal se compromete a cumprir as normas previstas no RGDP, em respeito aos seguintes princípios:

- Os dados provenientes dos recursos e os dados sobre os usuários solicitados pelo Curupira Fiscal só serão acessados com consentimento do usuário;
- Os dados provenientes dos recursos e os dados sobre os usuários solicitados pelo Curupira Fiscal serão processados de forma lícita, leal e transparente (licitude, lealdade e transparência);
- Os dados provenientes dos recursos solicitados e os dados sobre os usuários pelo Curupira Fiscal serão coletados de forma adequada, pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados (minimização de dados);
- Os dados provenientes dos recursos solicitados e os dados sobre os usuários pelo Curupira Fiscal serão tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas (integridade e confidencialidade);

### **3. Tipos de dados coletados**

#### **3.1. Localização geográfica**

Latitude e longitude informadas pelo usuário referentes ao local da denúncia, podendo ser a atual localização do usuário ou outra.

#### **3.2. Imagem**

Registro fotográfico, provenientes da câmera ou da galeria do dispositivo, contendo cenas da atividade ilícita a ser denunciada.

#### **3.3. Gravação de áudio**

Registro sonora onde o usuário pode realizar uma explicação mais detalhada e prática acerca da atividade ilícita a ser denunciada.

#### **3.4. E-mail do usuário**

Registro de e-mail do usuário previamente cadastrado no aplicativo

#### **3.5. Nome do usuário**

Nome do usuário previamente cadastrado

#### **3.6. Senha de acesso**

Senha do usuário previamente cadastrado no aplicativo. Utilizada para acessar as funcionalidades do sistema

#### **3.7. Dados sensíveis**

**Não** serão coletados dados sensíveis dos usuários, assim entendidos aqueles definidos nos arts. 9º e 10º do RGPD e nos arts. 11º e seguintes da Lei de Proteção de Dados Pessoais. Assim, dentre outros, **não** haverá coleta dos seguintes dados:

- dados que revelem a origem racial e étnica, as opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical do usuário;
- dados genéticos;
- dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca;
- dados relativos à saúde do usuário;
- dados relativos à vida sexual ou à orientação sexual do usuário;
- dados relacionados às condenações penais ou a infrações ou com medidas de segurança conexas.

#### 4. Segurança no tratamento dos dados

O aplicativo se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza; o âmbito; o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

O Curupira Fiscal utiliza SSL (Secure Socket Layer) que garante que os dados pessoais se transmitam de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

Entretanto, o aplicativo se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers e crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiros. O aplicativo se compromete, ainda, a comunicar ao usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, o aplicativo se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

#### 5. Das alterações

A versão atual desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em 30 de Setembro de 2019.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento e sem qualquer aviso prévio, o aplicativo às presentes normas, principalmente para adaptá-las às evoluções do aplicativo **Curupira Fiscal**, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela remoção ou alteração daquelas já existentes.

Dessa maneira, o usuário é convidado a consultar frequentemente esta página a fim de atualizar-se.

Ao utilizar o serviço após eventuais modificações, o usuário demonstra sua concordância com as novas normas. Caso discorde de alguma das alterações, deverá interromper, imediatamente, o acesso ao aplicativo e apresentar sua ressalva ao serviço de atendimento, se assim o desejar.

#### 6. Do Direito aplicável

Para a solução das controvérsias decorrentes do presente instrumento, será aplicado integralmente o Direito brasileiro.

Os eventuais litígios deverão ser apresentados no foro da comarca em que se encontra a sede do editor do aplicativo.